

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 784.302 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA/MG
ADV.(A/S)	: ROMY CRISTHINE SOARES VALADARES
AGDO.(A/S)	: AIRTON LAURIANO DE SOUZA
ADV.(A/S)	: WARLEY PONTELLO BARBOSA E OUTRO(A/S)

EMENTA

Agravo regimental no recurso extraordinário. Conselhos de fiscalização profissional. Natureza de autarquia. Servidor. Estabilidade. Precedentes.

1. É pacífica a jurisprudência da Corte de que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquia e aos seus servidores se aplicam os arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, motivo pelo qual não podem ser demitidos sem a prévia instauração de processo administrativo.

2. Agravo regimental não provido.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros da Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, sob a Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli, na conformidade da ata do julgamento e das notas taquigráficas, por unanimidade de votos, em negar provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator.

Brasília, 25 de agosto de 2015.

MINISTRO DIAS TOFFOLI

Relator

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 784.302 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. DIAS TOFFOLI
AGTE.(S)	: CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS GERAIS - CREA/MG
ADV.(A/S)	: ROMY CRISTHINE SOARES VALADARES
AGDO.(A/S)	: AIRTON LAURIANO DE SOUZA
ADV.(A/S)	: WARLEY PONTELLO BARBOSA E OUTRO(A/S)

RELATÓRIO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG) interpõe tempestivo agravo regimental contra decisão em que dei provimento ao recurso extraordinário do ora agravado, com a seguinte fundamentação:

“Vistos.

Airton Lauriano de Souza interpõe recurso extraordinário, com fundamento na alínea ‘a’ do permissivo constitucional, contra acórdão da Quarta Turma do Tribunal Superior do Trabalho, assim ementado:

‘AGRAVO DE INSTRUMENTO – REINTEGRAÇÃO – ESTABILIDADE – CREA. O v. Acórdão regional se encontra em perfeita consonância com a jurisprudência notória, iterativa e atual desta Corte. Incide, pois, a Súmula nº 333 desta Corte como óbice ao prosseguimento da revista. Agravo de instrumento não provido.’

Opostos embargos de declaração, foram desprovidos.

Sustenta a parte recorrente violação aos artigos 5º, incisos LIV e LV; 37, **caput**; e 41, § 4º, da Constituição Federal uma vez que a demissão de seus servidores depende de prévia instauração de processo administrativo.

RE 784302 AGR / DF

Decido.

A Emenda Constitucional nº 45, de 30/12/04, que acrescentou o § 3º ao artigo 102 da Constituição Federal, criou a exigência da demonstração da existência de repercussão geral das questões constitucionais trazidas no recurso extraordinário.

A matéria foi regulamentada pela Lei nº 11.418/06, que introduziu os artigos 543-A e 543-B ao Código de Processo Civil, e o Supremo Tribunal Federal, através da Emenda Regimental nº 21/07, dispôs sobre as normas regimentais necessárias à sua execução.

Prevê o artigo 323 do Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal, na redação da Emenda Regimental nº 21/07, que, quando não for o caso de inadmissibilidade do recurso extraordinário por outra razão, haverá o procedimento para avaliar a existência de repercussão geral na matéria objeto do recurso.

Esta Corte, com fundamento na mencionada legislação, quando do julgamento da Questão de Ordem no Agravo de Instrumento nº 664.567/RS, Tribunal Pleno, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, firmou o entendimento de que os recursos extraordinários interpostos contra acórdãos publicados a partir de 3/5/07, data da publicação da Emenda Regimental nº 21/07, deverão demonstrar, em preliminar do recurso, a existência da repercussão geral das questões constitucionais discutidas no apelo.

No caso em tela, o recurso extraordinário possui a referida preliminar e o apelo foi interposto contra acórdão publicado após 3/5/07 quando já era plenamente exigível a demonstração da repercussão geral.

Os artigos 543-A, § 3º, do Código de Processo Civil e 323, § 1º, **in fine**, do RISTF, na redação da Emenda Regimental nº 21/07, preveem que haverá repercussão geral sempre que o recurso impugnar decisão contrária a súmula ou jurisprudência dominante desta Corte, o que, efetivamente, ocorre no caso dos autos.

A irresignação merece prosperar.

RE 784302 AGR / DF

Inicialmente, assinalo que, conforme decido na ADI nº 1.717/DF, Relator o Ministro **Sydney Sanches**, DJ de 28/3/03, este Supremo Tribunal Federal assentou que *‘a interpretação conjugada dos artigos 5º, XIII, 22, XVI, 21, XXIV, 70, parágrafo único, 149 e 175 da Constituição Federal, leva à conclusão, no sentido da indelegabilidade, a uma entidade privada, de atividade típica de Estado, que abrange até poder de polícia, de tributar e de punir, no que concerne ao exercício de atividades profissionais regulamentadas’*.

No mesmo diapasão, no julgamento de Questão de Ordem na ACO nº 684, Relator o Ministro **Sepúlveda Pertence**, DJ de 30/9/05, reafirmou-se a natureza de autarquia federal das entidades fiscalizadoras de profissões.

Desse modo, verifica-se que o acórdão recorrido não está em sintonia com a orientação jurisprudencial desta Suprema Corte, firmada no sentido de que, mesmo os órgãos com caráter de autarquia federal, não podem dispensar servidores, estáveis ou não, sem que haja prévia instauração de processo administrativo com a devida motivação do ato de dispensa. Nesse sentido, destaco os seguintes precedentes:

‘EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. AUTARQUIA FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO: IMPOSSIBILIDADE DE DISPENSA IMOTIVADA. ESTABILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO DISSONANTE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO’ (RE nº 735.703/PR-ED, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia, DJe de 16/10/13).**

‘Agravo regimental no recurso extraordinário. Conselhos de fiscalização profissional. Natureza de autarquia reconhecida por esta Suprema Corte. Precedentes. 1. O servidor de órgão de fiscalização

RE 784302 AGR / DF

profissional, cuja natureza jurídica é inegavelmente de autarquia federal, não pode ser demitido sem a prévia instauração de processo administrativo. 2. Inaplicabilidade, no caso, da Súmula Vinculante nº 10 desta Corte, porque não se declarou inconstitucionalidade de lei, tampouco se afastou sua incidência. 3. Agravo regimental não provido' (RE nº 563.820/PB-AgR, Primeira Turma, de minha relatoria, DJe de 10/5/12).

‘EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. 1) ÓRGÃOS DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL: NATUREZA JURÍDICA DE AUTARQUIA. 2) SERVIDOR NÃO ABRANGIDO PELA ESTABILIDADE DO ART. 19 DO ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS. DEMISSÃO SEM INSTAURAÇÃO PRÉVIA DE PROCESSO ADMINISTRATIVO: NULIDADE. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA PROVIMENTO’ (RE nº 696.936/DF-ED, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 31/5/13).

Ante o exposto, nos termos do artigo 557, § 1º-A, do Código de Processo Civil, conheço do recurso extraordinário e lhe dou provimento para, observadas as premissas expostas, determinar o retorno dos autos ao Tribunal Superior do Trabalho, para que prossiga no julgamento do recurso de revista, conforme de direito.

Publique-se.”

Aduz o agravante, **in verbis**, que

“(...) o recorrido não foi submetido a concurso público, tampouco é detentor da estabilidade provisória prevista no Art. 19 do ADCT.

RE 784302 AGR / DF

O recorrido foi contratado em 06.10.1997 sem prévia submissão a concurso público e pelo regime celetista e depois da promulgação da Constituição Federal de 1988, razão pela qual se tem claro que o mesmo não é detentor de estabilidade.

(...)

Este Colendo Tribunal já se manifestou anteriormente no sentido de que a prévia necessidade de realização de processo administrativo não se aplica para funcionários não concursados e que não são detentores da estabilidade do Art. 19 do ADCT (...).”

É o relatório.

25/08/2015

SEGUNDA TURMA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 784.302 DISTRITO FEDERAL

VOTO

O SENHOR MINISTRO DIAS TOFFOLI (RELATOR):

A irresignação não merece prosperar.

Com efeito, o Tribunal Superior do Trabalho efetivamente se afastou da orientação perfilhada nesta Corte de que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquia e aos seus servidores se aplicam os arts. 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, motivo pelo qual não podem ser demitidos sem a prévia instauração de processo administrativo.

Além dos precedentes citados na decisão agravada, anatem-se os seguintes:

“Agravamento regimental no recurso extraordinário. Conselhos de fiscalização profissional. Natureza de autarquia. Servidor. Estabilidade. Precedentes. 1. É pacífica a jurisprudência desta Corte de que os conselhos de fiscalização profissional têm natureza jurídica de autarquia e aos seus servidores se aplicam os artigos 41 da Constituição Federal e 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, motivo pelo qual não podem ser demitidos sem a prévia instauração de processo administrativo. 2. Agravamento regimental não provido” (RE nº 838.648/DF-AgR, Segunda Turma, de minha relatoria, DJe de 26/5/15).

“AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO EXTRAORDINÁRIO. SERVIDOR PÚBLICO. CONSELHO PROFISSIONAL DE FISCALIZAÇÃO. DISPENSA IMOTIVADA. IMPOSSIBILIDADE. PRECEDENTES. O Supremo Tribunal Federal já assentou a necessidade de prévio procedimento administrativo para a demissão de servidor de órgãos de fiscalização profissional, tendo em vista que são

RE 784302 AGR / DF

entidades dotadas de personalidade jurídica de direito público. Precedentes. Agravo regimental a que se nega provimento” (RE nº 683.010/DF-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Roberto Barroso**, DJe de 27/8/14).

“CONSELHOS PROFISSIONAIS – NATUREZA JURÍDICA – AUTARQUIA. De acordo com o entendimento consolidado no Supremo, os Conselhos Profissionais possuem natureza jurídica de autarquia, incidindo sobre eles o previsto no artigo 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias” (RE nº 592.811/RJ-AgR, Primeira Turma, Relator o Ministro **Marco Aurélio**, DJe de 6/6/13).

“EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CONVERSÃO EM AGRAVO REGIMENTAL. CONSELHO DE FISCALIZAÇÃO PROFISSIONAL. AUTARQUIA FEDERAL. SERVIDOR PÚBLICO CONCURSADO: IMPOSSIBILIDADE DE DISPENSA IMOTIVADA. ESTABILIDADE. ACÓRDÃO RECORRIDO DISSONANTE DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. AGRAVO REGIMENTAL AO QUAL SE NEGA SEGUIMENTO” (RE nº 735.703/PR-ED, Segunda Turma, Relatora a Ministra **Cármem Lúcia**, DJe de 16/10/13).

Deste último julgado, colho o seguinte trecho que bem elucida a questão:

“Razão jurídica não assiste ao Agravante.

O Tribunal Superior do Trabalho decidiu a controvérsia nos termos seguintes:

‘Discute-se a aplicação do art. 41 da Constituição da República aos empregados dos conselhos de fiscalização de exercício profissional, no caso o CORE. Não obstante a natureza autárquica dessas entidades, tem-se entendido que não lhes são aplicáveis as normas de pessoal das autarquias federais. Com

RE 784302 AGR / DF

efeito, trata-se de autarquias atípicas, uma vez que possuem autonomia financeira e administrativa. Nesse contexto, conclui-se que seus empregados não gozam da prerrogativa da estabilidade prevista no art. 41 da Constituição da República’.

Como afirmado na decisão agravada, o acórdão recorrido destoa da jurisprudência deste Supremo Tribunal, que assentou a natureza de autarquias federais às entidades fiscalizadoras de profissões e a aplicação da estabilidade do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias – ADCT aos servidores públicos não concursados e em exercício há pelo menos cinco anos antes da promulgação da Constituição da República, e a do art. 41 da Constituição aos servidores públicos concursados da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de suas autarquias e fundações públicas.

Registre-se, por oportuno, que *‘a estabilidade prevista no artigo 41 da Constituição Federal independe da natureza do regime jurídico adotado. Servidores concursados e submetidos ao regime jurídico trabalhista têm jus à estabilidade, pouco importando a opção pelo sistema do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço’* (RE 187.229, Reator o Ministro Marco Aurélio, Segunda Turma, DJ 14.5.1999).

Nesse sentido, quanto à estabilidade do art. 41 da Constituição da República:

‘Agravo regimental – Ofensa indireta à Constituição não dá margem ao cabimento do recurso extraordinário – O artigo 41 e seus parágrafos da Carta Magna só se aplicam aos servidores públicos civis, ou seja, aos servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas, não alcançando, portanto, os empregados das sociedades de economia mista. Agravo a que se nega provimento’ (AI 232.462-AgR, Relator o Ministro Moreira Alves, Primeira Turma, DJ 6.8.1999).”

Ressalto, por fim, que não se está aqui a afirmar que o agravado tem

RE 784302 AGR / DF

direito a permanecer indefinidamente no cargo que ocupava ou sequer a tecer juízo sobre o preenchimento dos requisitos para a obtenção da estabilidade, mas sim que ele não poderia ter sido demitido sem que se houvesse instaurado procedimento administrativo para apurar os fatos e permitir ao interessado o exercício do seu direito de defesa, daí decorrendo todos os consectários legais.

Desse modo, consoante se determinou na decisão agravada, devem os autos retornar ao Tribunal Superior do Trabalho para, adotando a premissa aqui explanada, efetuar novo julgamento da causa.

Nego provimento ao agravo regimental.

SEGUNDA TURMA

EXTRATO DE ATA

AG.REG. NO RECURSO EXTRAORDINÁRIO 784.302

PROCED. : DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. DIAS TOFFOLI

AGTE.(S) : CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DE MINAS
GERAIS - CREA/MG

ADV.(A/S) : ROMY CRISTHINE SOARES VALADARES

AGDO.(A/S) : AIRTON LAURIANO DE SOUZA

ADV.(A/S) : WARLEY PONTELLO BARBOSA E OUTRO(A/S)

Decisão: A Turma, por votação unânime, negou provimento ao agravo regimental, nos termos do voto do Relator. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello. Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. **2ª Turma**, 25.08.2015.

Presidência do Senhor Ministro Dias Toffoli. Presentes à sessão os Senhores Ministros Gilmar Mendes, Cármen Lúcia e Teori Zavascki. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Celso de Mello.

Subprocuradora-Geral da República, Dra. Deborah Duprat.

Ravena Siqueira
Secretária